

AQUI O CAPITALISMO NÃO PAROU!

ESPOLIAÇÃO E BRUTALIDADE EM TEMPOS DE PANDEMIA, O QUE A AMAZÔNIA TEM A DIZER?

Bruno Cezar Malheiro*

Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

Fernando Michelotti**

Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

Thiago Alan Guedes Sabino***

Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

Resumo: Este texto busca construir um giro geopistemológico da leitura do desenvolvimento capitalista brasileiro, geralmente centrada nos processos de industrialização, para enfatizar a dinâmica de acumulação por espoliação amazônica como uma realidade paradigmática com grande potencial explicativo de um capitalismo que se brutaliza em plena pandemia do novo coronavírus, sendo o caso da exploração da província mineral de Carajás, pela empresa Vale S.A, não só emblemático, mas uma síntese preocupante da continuidade da normalidade violenta de um capitalismo que avança por sobre os territórios de vida generalizando sua engrenagem de morte para a garantia do uso, acesso e controle dos bens da natureza e dos fluxos de matéria e energia.

Palavras chave: Espoliação, pandemia, Amazônia.

HERE CAPITALISM HAS NOT STOPPED! DISPOSSESSION AND BRUTALITY IN TIMES OF PANDEMIC, WHAT DOES THE AMAZON HAVE TO SAY?

Abstract: This text aims to make a geopistemological turn on the interpretation of Brazilian capitalist development, generally centered around the processes of industrialization, in order to focus on the dynamics of accumulation by dispossession in the Amazon region as a paradigmatic reality with great explanatory potential for a brutalizing capitalism in the midst of the new coronavirus pandemic. The case of the exploration of the Mineral Province of Carajás by the company Vale S.A. is not only an emblematic, but also worrying synthesis of the continuity of the violent normality of a capitalism that expands into the territories of life, generalizing its death gear to guarantee the use, access and control over the natural resources and the flows of matter and energy.

Keywords: Dispossession, Pandemic, Amazon.

AQUÍ EL CAPITALISMO NO SE DETUVO. EXPOLIACIÓN Y BRUTALIDAD EN TIEMPOS DE PANDEMIA ¿QUÉ TIENE LA AMAZONÍA PARA DECIR?

Resumen: Este trabajo tiene como objetivo construir un vuelco geopistemológico de la lectura del desarrollo capitalista brasileño, que generalmente está concentrada en los procesos de industrialización, para enfatizar la dinámica de acumulación por expoliación amazónica como un hecho paradigmático que explica en gran medida un capitalismo que durante la pandemia del nuevo coronavirus se ha hecho más salvaje. Tal es el caso de la explotación de la provincia minera de Carajás, por parte de la empresa Vale S.A.; este no solo es un caso representativo sino también un compendio preocupante de la continuidad de la normalidad violenta de un capitalismo que arremete contra los territorios de vida, difundiendo su engranaje de muerte para la garantía de uso, acceso y control de los recursos naturales y de los flujos de materia y energía.

Palabras-clave: Expoliación, Pandemia, Amazonia.

*Doutor em Geografia. Docente na Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – UNIFESSPA no Curso de Licenciatura em Educação do Campo. Rod. BR-230, Av. Paulo Fonteles Filho s/n – Cidade Jardim, Marabá – PA, CEP 68.500-000. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0324-302X>. E-mail: brunomalheiro84@gmail.com

**Doutor em Planejamento Urbano e Regional. Docente na Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – UNIFESSPA no Instituto de Estudos do Desenvolvimento Agrário e Regional. Rod. BR-230, Av. Paulo Fonteles Filho s/n – Cidade Jardim, Marabá – PA, CEP 68.500-000. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4525-5595>. E-mail: michelotti.f@gmail.com

***Mestre em Planejamento do Desenvolvimento. Docente na Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – UNIFESSPA na Faculdade de Geografia. Avenida VP-08, Folha 31, Quadra 07, Lote Especial s/n, Unidade I da Unifesspa Bairro: Nova Marabá, Marabá – PA, CEP 68507-590. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6094-8763>. E-mail: thiagoalan2000@yahoo.com.br

Introdução

Gente de verde e amarelo se aglomerando nas ruas pedindo intervenção militar! À frente do desfile de horrores, um presidente dizendo "eu sou a Constituição"! A indiferença para com as mortes provocadas pelo novo coronavírus no Brasil, que já ultrapassam 30 mil, no momento em que este texto é escrito, segundo os subnotificados dados do Ministério da Saúde, não vem apenas dessa gente saída dos esgotos de nossa história escravocrata, patrimonialista, machista e ecocida, vem também dos motores de sustentação do nosso capitalismo, que, outrossim, alimenta-se dos mesmos esgotos.

A ideia bastante difundida de que a pandemia do novo coronavírus parou o capitalismo só pode vir de quem nutre uma miopia que não permite ver o que realmente sustenta, hoje, a dinâmica do capital. Afirmar sua parada é como definir uma grande montanha apenas pela sua parte visível e esquecer toda sua base de sustentação, que se esconde pelos subterrâneos da terra. A alegoria parece precisa, pois não é só da economia do *streaming*, do dinheiro que circula em compras virtuais, do trabalho remoto ou mesmo dos aplicativos de mobilidade urbana que o capitalismo anda sobrevivendo; é justamente, também, por essas relações subterrâneas de saque, roubo, fraude e violência que a roda do capitalismo continua a girar.

Não teríamos melhor lugar de observação dessas relações de espoliação que conferem as linhas de força de um capitalismo à brasileira do que a Amazônia. Aqui a obsessão pelo industrialismo ou mesmo a confiança historicamente podre no progresso não nos afetam, nem turvam nossa capacidade de compreensão, uma vez que o que sempre existiu nas margens dos lugares centrais do capitalismo e dificilmente foi admitido como ângulo privilegiado de análise do todo, aqui sempre foi a nossa regra; razão pela qual são as ruínas amazônicas que melhor podem expressar um País apodrecido por suas escolhas.

Observando as relações capitalistas a partir da Amazônia, este texto demonstra que a dinâmica de acumulação no Brasil, longe de ser paralisada, é brutalizada no contexto da pandemia pela aceleração de processos de expansão das *commodities*, sendo a região de Carajás, no Estado do Pará, onde as atividades de mineração continuam em meio a um surto exponencial de contágio da covid-19, tomada como uma síntese possível do funcionamento do capitalismo em tempos de coronavírus no Brasil.

Nesses termos, organizamos as ideias em cinco momentos. No primeiro, trazemos para o debate a leitura

da relação entre a pandemia e capitalismo, enquanto no segundo momento, traçaremos um breve perfil das exportações brasileiras em tempos de pandemia. Em um terceiro momento, trazemos a Amazônia para o centro do debate, aprofundando-o no quarto momento, cuja discussão se propõe a tratar da normalidade das operações de mineração na província mineral de Carajás, no Pará. Por fim, as nossas palavras finais vêm junto aos gritos da floresta que ainda ecoam, mesmo em tempos de destruição, para nos indicar novos rumos.

Quem é o agente patogênico? A pandemia e as saídas de emergência do capitalismo

Em poucos dias, o planeta se descobriu um sistema vivo, infelizmente da pior maneira que isto poderia acontecer: pela morte de milhões de pessoas por um vírus que se alastrou silenciosamente. Esse sistema vivo, diga-se de passagem, já havia nos dado inúmeras provas de um colapso. Não sem razão, segundo dados da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO, 2013), 70% dos novos patógenos surgem no mundo pela invasão humana a distintos ecossistemas florestais, uma invasão protagonizada, de um lado, pela produção industrial de animais e, de outro, pela expansão desenfreada das frentes do agronegócio, que assim o fazem usando de agrotóxicos e transgenia.

Por esses termos, devemos concordar que o novo coronavírus é, em linguagem médica tão usada nesses dias, um sintoma de uma doença mais destrutiva que se chama capitalismo. Além do mais, já seria a hora de reconhecermos que esse sistema que nos rege é, em si, o principal agente patogênico que tornou normal e racional, antes mesmo dessa nova pandemia, um ataque violento e sistemático à respiração do planeta, por meio dos saques neocoloniais, do desmatamento, das queimadas, da poluição, enfim, pelo cercamento mercadológico dos bens coletivos, pela transformação da terra em recurso, da natureza em obstáculo, de tudo o que é diferente em inimigo e pelo golpe de misericórdia de transformar a vida em algo absolutamente irrelevante.

Mas se o capitalismo destrói ecossistemas florestais, saqueia recursos naturais e invade múltiplos habitats de animais, criando a possibilidade da circulação de novos vírus, em um momento em que suas ações se voltam contra ele próprio, exigindo a paralisação de parte das operações que geram valor, logicamente que os sinais de emergência serão ligados. Dessa maneira, se as complexas relações de exploração precisam ser renovadas e algumas paralisadas, os ganhos pelo saque, pela fraude, pelo roubo, expressos na corrida pela

mercantilização de áreas naturais e pela apropriação de bens comuns e coletivos, precisam continuar.

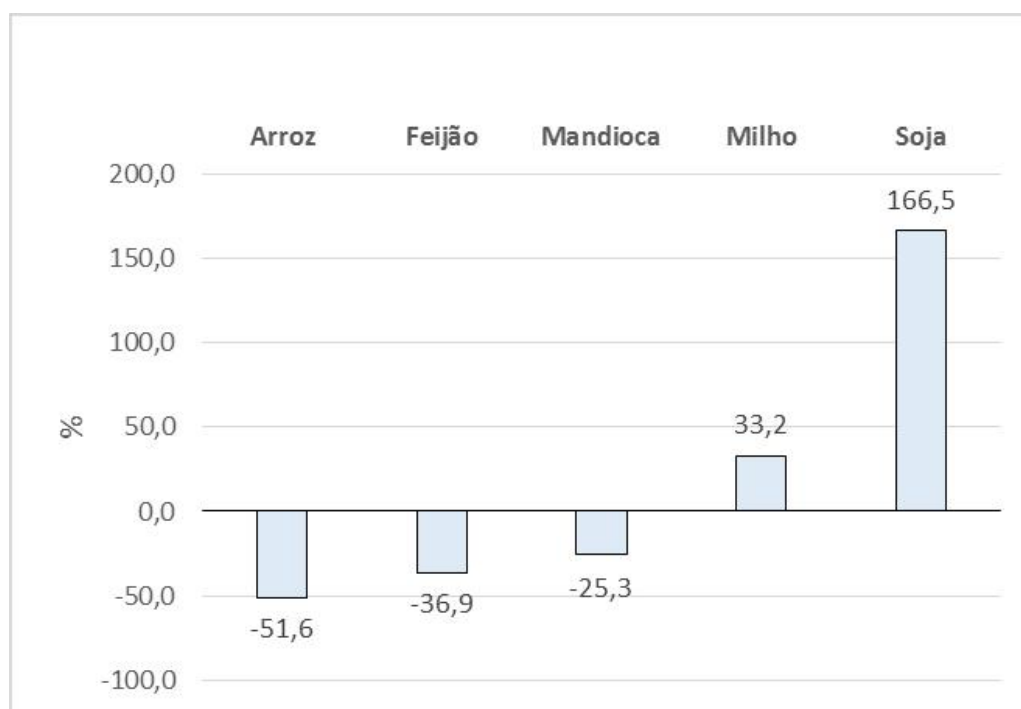
Assim, em um momento difícil ou extremo, é um tanto óbvio que ativamos condições especiais para tentarmos sair ou superar a situação. Com o capitalismo não seria diferente. Harvey (2005), atualizando os termos de Marx e Rosa Luxemburgo, já havia alertado que os processos de acumulação por espoliação são permanentes e ganham centralidade nos momentos de crises cíclicas do capitalismo.

Ainda de acordo com este autor, é como se o capitalismo ligasse suas saídas de emergência e aquilo que sempre existiu – mas esteve às bordas do sistema – se tornasse o caminho central, como a mercantilização e privatização da terra, a expulsão violenta de populações camponesas e indígenas, a conversão de direitos de propriedade comum ou coletiva em propriedade privada, a monetarização da natureza, dentre vários outros processos (HARVEY, 2005). É por estas operações que o capitalismo continua ativo e forte.

O Brasil da fome esquece os alimentos e abraça as *commodities*

O ataque sistemático do atual governo aos pequenos agricultores e aos povos do campo em geral, operado pelo desmonte de leis, códigos e instrumentos de proteção ambiental, mas também por narrativas de criminalização e por uma ofensiva contra os órgãos de fiscalização do meio ambiente, de reforma agrária e da política indigenista, tem consolidado uma escolha política em desmobilizar a dinâmica de produção de alimentos para a consolidação da produção de *commodities*. Esta escolha, que não é de hoje e fez crescer substancialmente a área plantada de soja e milho no Brasil entre 1999 e 2018, ao passo que a área plantada de arroz, feijão e mandioca decresceu drasticamente no mesmo período, como demonstra a Figura 1, tem sido radicalizada através da total liberação do controle de mercado e monopolização da produção e distribuição de alimentos, o que, logicamente, já produz fome em larga escala. O efeito da pandemia, por

Figura 01: Diferença percentual da área plantada no Brasil, entre 1999 e 2018.



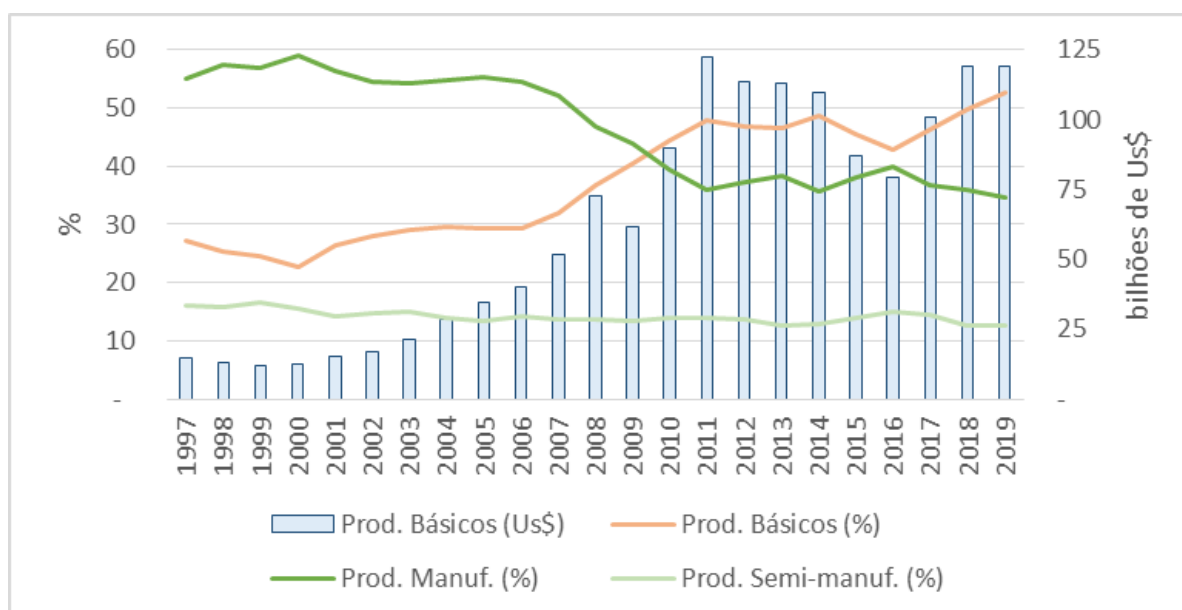
Fonte: IBGE (2018). Elaboração dos autores.

exemplo, já aumentou consideravelmente o preço da cesta básica no País, como demonstra uma pesquisa feita pelo Dieese em 17 capitais, que indica em 16 delas o aumento do preço do conjunto dos alimentos básicos, comparando março e abril (DIEESE, 2020).

A fome, que já era uma realidade para cerca de cinco milhões de brasileiros antes da pandemia, segundo o economista Daniel Balaban, chefe do escritório brasileiro do Programa Mundial de Alimentos da ONU, deve chegar a 14,7 milhões de brasileiros até o fim de 2020, algo em torno de 7% da população, o que logicamente recoloca o País no mapa da fome, de onde tinha saído desde 2014 ('BRASIL ESTÁ...', 2020).

E é justamente neste momento, de aceleração das mortes por coronavírus e do crescimento do flagelo da fome no País, que a nossa dinâmica de produção agrária tem aprofundado o caminho único, rumo à produção de *commodities* em detrimento de alimentos saudáveis. Esta escolha, tal como alertamos anteriormente, atravessa distintos espectros políticos, de esquerda à direita, e se reforça desde o início do século XXI no Brasil e no restante da América Latina, o que Svampa (2013) chamou de "consenso das *commodities*", mas que também pode ser definido como "um regime de relações sociais que fagocita as energias vitais como meio para a acumulação pretensamente infinita do valor abstrato" (MACHADO ARÁOZ, 2016, p. 461).

Figura 02: Exportações brasileiras – produtos básicos (em bilhões US\$) e comparativo dos fatores agregados (em %)



Fonte: Brasil (2020a). Elaboração dos autores.

Os dados das exportações brasileiras são eloquentes (Figura 02), mostrando o processo de reprimarização da pauta de exportações brasileiras a partir dos anos 2000, com os produtos básicos ultrapassando os manufaturados a partir de 2009. Desde então, estes mantiveram seu maior peso relativo na pauta exportadora, com ligeira queda entre 2015 e 2016, quando, ao primeiro sinal de abalo do eixo econômico que havia sustentado ganhos, forças conservadoras se reorganizam em torno do golpe de 2016; ano em que também se inicia uma nova ascensão da exportação de produtos primários, chegando em 2019 a mais de 50% do total exportado, superando, assim, a soma de manufaturados e semimanufaturados, com um total absoluto de US\$ 119 bilhões, cifra esta que é inferior apenas ao valor exportado em 2011.

Esse processo, como já afirmado, é fortemente marcado pelas exportações de produtos primários para a China, que saltaram de US\$ 0,4 bilhões em 1999 para US\$ 56,4 bilhões em 2019, valores que representam um avanço de 3,6% para 47,4% da participação proporcional do mercado chinês no total de exportações de produtos básicos no Brasil. Quando chegamos em 2020, no contexto da pandemia, percebemos que, mesmo em meio aos claros limites impostos aos fluxos pela disseminação do vírus no mundo, as exportações para a China continuam crescendo.

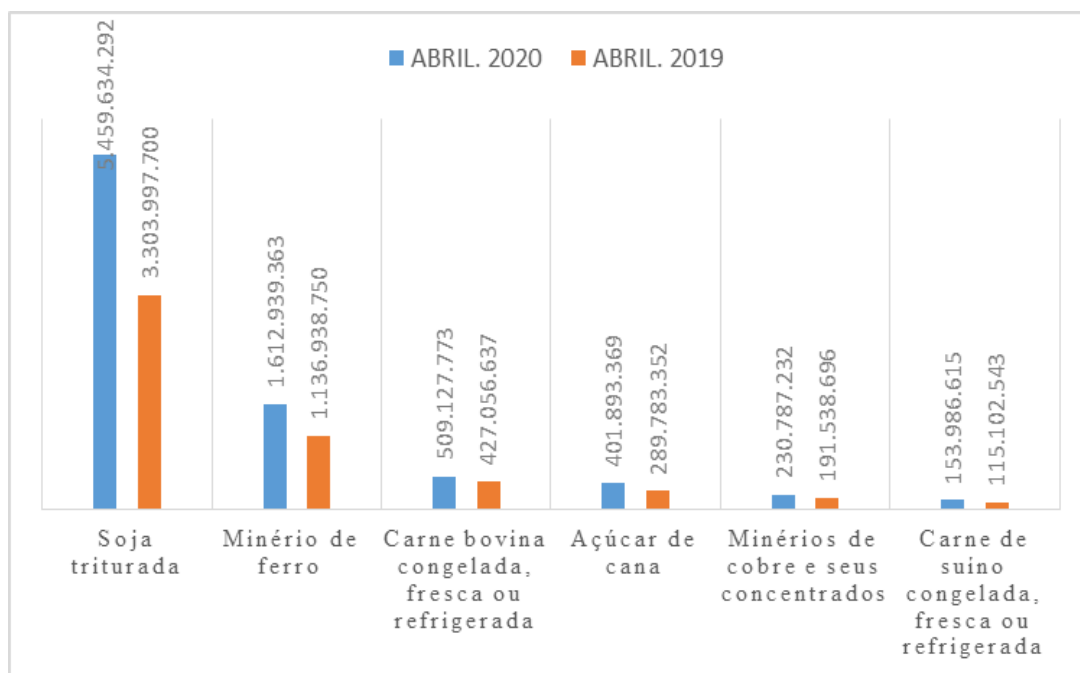
Isto porque, se tomarmos o agregado entre janeiro e abril de 2020, perceberemos que o valor das exportações ao País asiático chegou a US\$ 20,8 bilhões, número maior que os US\$ 18,7 bilhões registrados entre janeiro e abril de 2019. Se compararmos apenas os meses de abril de 2019 e de 2020, temos um crescimento em 23,34% no valor das exportações para a China (BRASIL, 2020a).

Nesse sentido, não seria de se abismar que, em meio à crise profunda do capitalismo e todas as outras crises já existentes que a pandemia reforçou, as nossas exportações de soja tenham crescido 65,24%, se compararmos abril de 2019 com abril de 2020; comportamento ascendente este seguido por várias outras *commodities*, como o minério de ferro, as carnes de boi e porco, além do açúcar e do cobre. A Figura 03 apresenta alguns dos produtos que mais contribuíram para esse crescimento das exportações em abril de 2020, em comparação com o mesmo mês em 2019.

O desempenho desse conjunto de produtos não se destacou apenas nesse mês de abril, mas sim ao longo do processo de reprimarização da pauta de exportações brasileiras. Seu crescimento em plena pandemia ganha relevância se entendermos o que eles representam proporcionalmente na pauta de exportações brasileiras,

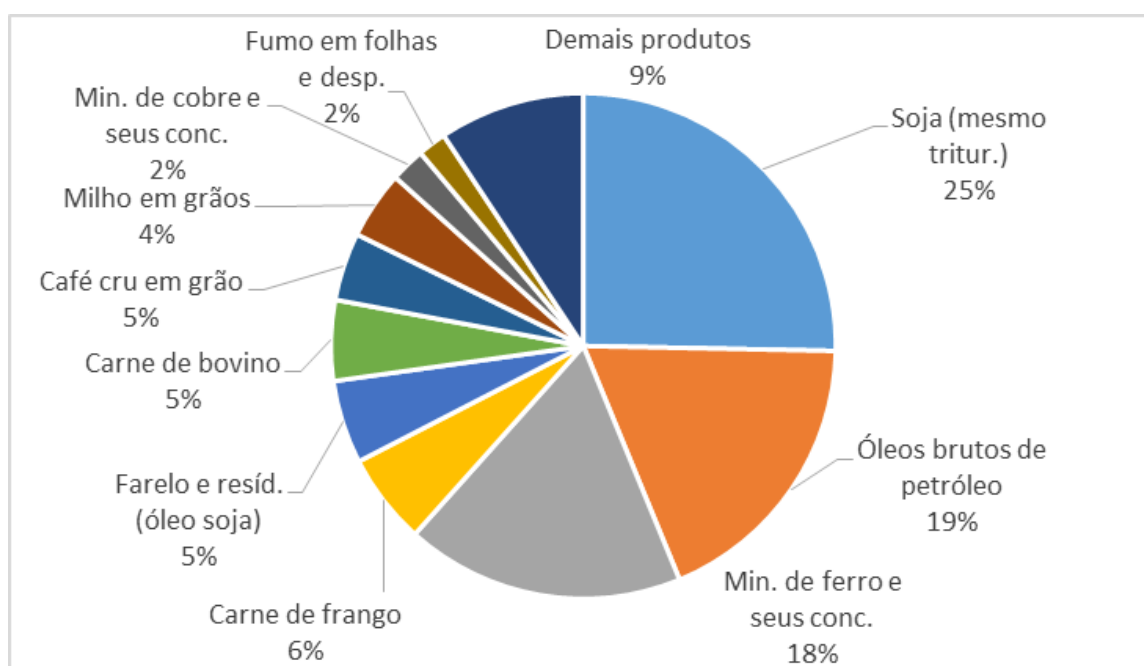
especialmente a soja, a carne bovina e os minérios de ferro e cobre, os quais participam de um grupo de 10 produtos que, entre janeiro de 2016 e abril de 2020, representaram mais de 90% das exportações totais de produtos básicos (Figura 04).

Figura 03: Comparativo da variação (em US\$) das exportações de produtos básicos entre abril de 2019 e abril de 2020, no Brasil



Fonte: Brasil (2020a). Elaboração dos autores.

Figura 04: Principais produtos básicos exportados entre janeiro de 2016 e abril de 2020

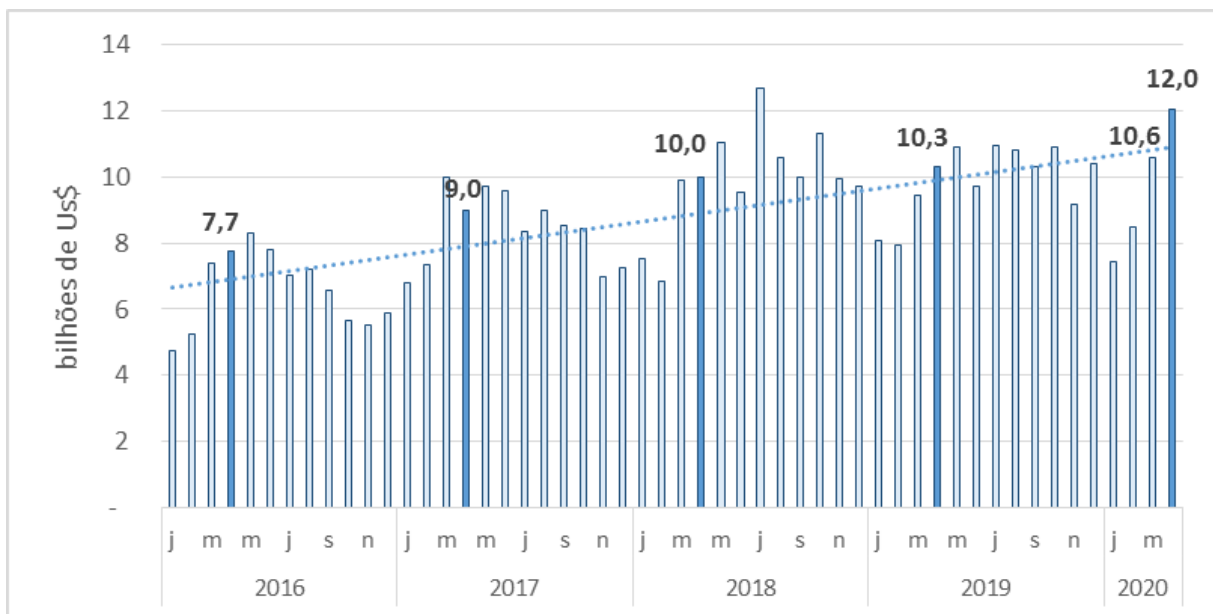


Fonte: Brasil (2020a). Elaboração dos autores.

Se tomarmos o período entre 2016 e 2019, em que há um novo crescimento da dinâmica de reprimarização da economia, e avaliarmos as variações mensais das exportações de produtos básicos, os valores do último mês de abril de 2020 demonstram claramente que a brutalidade da espoliação capitalista ganha fôlego diante da destruição, uma vez que estamos falando do maior valor alcançado na série histórica (Figura 05). Os US\$ 12 bilhões alcançados em abril de 2020 superaram em 13,9% os valores do mês anterior (março de 2020) e em 16,9% os valores de mesmo mês do ano anterior (abril de 2019).

Portanto, neste mês, em que o número de mortes pelo novo coronavírus no Brasil saiu de 244 em 1º de abril de 2020 para 6.412 em 1º de maio de 2020, os ganhos com as exportações de produtos básicos foram os maiores dessa série histórica, o que configura, em síntese, o melhor mês de abril da história, segundo os dados do Ministério da Economia, Indústria, Comércio Exterior e Serviços (BRASIL, 2020a), para aqueles que constroem uma violenta economia de exportação de *commodities* agrícolas e minerais.

Figura 05: Exportações brasileiras 2016 a 2020 (até abril) – produtos básicos, valores mensais (em bilhões US\$)



Fonte: Brasil (2020a). Elaboração dos autores.

Há múltiplos fatores envolvidos, como variação cambial, construção de estoques de soja e demais produtos na China, dentre outros, que explicam os números exponenciais expostos. Entretanto, independente dos fatores em si, a normalidade de uma lógica de acumulação desenhada por uma cadeia de relações extremamente violenta, que, para se realizar, expropria as condições vitais de existência de múltiplos povos e comunidades, já seria motivo de questionamento, não só em relação à exposição à

contaminação dos milhares de trabalhadores que fazem girar essa engrenagem, mas em relação às necessidades e prioridade em termos produtivos de um País em que faltam leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI), faltam respiradores e onde a fome bate à porta de significativa parcela da população. A argumentação do CEO da AgriBrasil é bastante elucidativa para compreendermos, considerando-se o caso específico dos grãos, que a pandemia não parece frear os ganhos do setor que continua a crescer sem, contudo, se importar muito

com o crescimento exponencial de casos e de mortes provocadas pelo novo coronavírus no Brasil.

O setor de soja é um ganhador, sem dúvida, continua fluindo igual, o produtor está com preços melhores ainda (por influência do câmbio), muita comercialização, muita demanda... Não sei se tem um ganhador nesta situação de coronavírus, mas uma das indústrias menos afetadas é a de grãos (EXPORTAÇÃO..., 2020, não paginado).

Esta declaração nos indica que, mesmo com vários segmentos da economia desacelerando em tempos de pandemia, a produção, a circulação e o consumo das *commodities* têm mantido sua dinâmica aquecida, de modo que seus fluxos continuam a fluir não obstante, por exemplo, a queda de fluxos de pessoas no Brasil, expressado na redução em 91,6% da oferta de voos totais no País em abril de 2020, segundo dados da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC, 2020).

Os subterrâneos de um capitalismo de espoliação continuam a funcionar durante a pandemia e a minúscula capacidade produtiva do Brasil também se revela reproduzindo dependências, principalmente quando percebemos que 86,9% de nossa pauta de importações, entre janeiro e abril de 2020, foi composta por manufaturas (BRASIL, 2020a).

Este crescimento, além de demonstrar que o capitalismo não parou, mostra-nos um movimento de expansão e pressão sobre fronteiras até então não plenamente integradas à dinâmica mercadológica, como, por exemplo, a Amazônia. Dito de outro modo, a alavanca exportadora brasileira produz um efeito de demanda devastador para a economia política amazônica, sintetizado na persistência da expansão da fronteira, como a força impulsionadora da acumulação para a geração de renda extraordinária pela legitimação da violência e criação de zonas de indiferença nas quais, em nome da pilhagem, do saque e do controle do território, exterminam-se povos, comunidades, vidas...

Esses cercamentos, como definiriam Dardot e Laval (2017), surgem como uma progressiva e violenta expropriação do que ainda é comum, ou ainda, como um processo de disputas territoriais em torno do uso, acesso e controle dos bens da natureza e dos fluxos de matéria e energia.

Estes números frios possivelmente não nos revelam a exata noção de como funcionam esses ganhos da economia das *commodities* que, em plena quarentena generalizada, batem seus recordes. Chegar mais perto da Amazônia, portanto, talvez nos ajude a situar a marca de violência e devastação deixada por esses números,

para encontrarmos as ruínas desses negócios só anunciados pelos seus imponentes ganhos, banhados de sangue.

Na Amazônia, a violência e a devastação não entraram em quarentena

A natureza expansiva de um capitalismo de fronteira, que caracteriza a dinâmica de expansão das *commodities* no Brasil, encontra a Amazônia pela proliferação de diversas formas de mercantilização da natureza: do mercado de terras, do mercado da madeira, da lógica mercadológica da produção do gado, da expansão da soja, do milho, do monocultivo do eucalipto, do dendê, até a vertiginosa expansão da exploração mineral; o capitalismo em expansão encontra camponeses, indígenas, quilombolas e outros povos e comunidades tradicionais, bem como múltiplos ecossistemas florestais manejados por esses povos.

Assim, a necessidade da pilhagem – essas práticas de superexploração da natureza por meio do saque de recursos naturais para exportação, em uma dinâmica de drenagem de matéria e energia, na qual, como afirmam Mattei e Nader (2013), o Estado de Direito é usado para legitimar a ilegalidade – produz uma necessidade expansiva de criação de novas fronteiras para a transformação de bens comuns e coletivos em mercadoria, o que pressupõe a dominação da terra e o controle do território, da mesma maneira que seus recursos e fluxos, mediante a ativação de práticas de violência e devastação empreendidas por agronegociantes, grandes corporações e latifundiários, quase sempre com a salvaguarda ou com a própria participação do Estado.

Para começarmos a ter uma noção mais precisa das consequências desses negócios na Amazônia, segundo os dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT), entre 1985 e 2019 ocorreram 49 massacres de camponeses em todo o Brasil, o que tirou a vida de 229 pessoas. De todos os massacres, 81,63% deles e 82,53% das mortes que neles ocorreram foram na Amazônia, onde 43,8 mil pessoas estavam envolvidas em conflitos em 2014, número que salta para 104,1 mil em 2019 (CPT, 2020).

Além do crescimento exorbitante da violência, a devastação da floresta vem a reboque das dinâmicas de expansão das *commodities*. Em plena quarentena, de acordo com o IMAZON, o desmatamento na Amazônia cresceu 279%, isto porque, se compararmos março de 2020 com março de 2019, foram praticamente 254 km²

de floresta derrubados apenas nesse mês. Se tomarmos os dados de abril, quando a quarentena deveria estar mais intensa, o desmatamento continuou crescendo, dessa vez foram 529 km², o que, comparando abril de 2020 e abril de 2019, representa um incremento de 171% (COSTA, 2020).

O mapa de focos de incêndio na Amazônia (Figura 06) entre 1º de janeiro e 15 de maio de 2020 evidencia o alto índice de queimadas nos primeiros meses deste ano. A dinâmica acompanha o arco do desmatamento, que envolve a porção oeste do Maranhão, Tocantins, região Sul e Sudeste do Pará, Mato Grosso e Rondônia. Os focos de incêndio são mais expressivos ao longo dos eixos logísticos que articulam a região ao mundo, mesmo que também encontremos focos expressivos nos estuários de importantes rios¹.

A difusão do novo coronavírus abriu de vez as portas para a violência e devastação da Amazônia, sobretudo com a conivência e até incentivo de um governo que, mesmo vendo aumentar exponencialmente os números de focos de incêndio na região desde 2019, reduziu em quase 30% as multas aplicadas pelo IBAMA, além de diminuir o número de operações realizadas por este órgão. Além do mais, destaca-se um conjunto sistemático de iniciativas que atacam direitos territoriais, como, por exemplo, a PL 191/2020, que visa liberar a produção agroextrativa em terras indígenas, e a MP 910/2019, transformada em PL 2633/2020, que aprofunda as possibilidades de regularização da grilagem e do desmatamento ilegal.

Pelos subterrâneos desse capitalismo de fronteira, que mata e desmata, eis que um outro negócio também mostra suas garras. Trata-se do narcotráfico, atividade ilegal responsável por, em plena pandemia, transformar a Amazônia na principal rota de entrada da cocaína no território brasileiro, de acordo com relatório da Polícia Federal que demonstra o impacto da covid-19 no tráfico de drogas no Brasil e países vizinhos (ABREU, 2020).

A quarentena exigida pela pandemia parece,

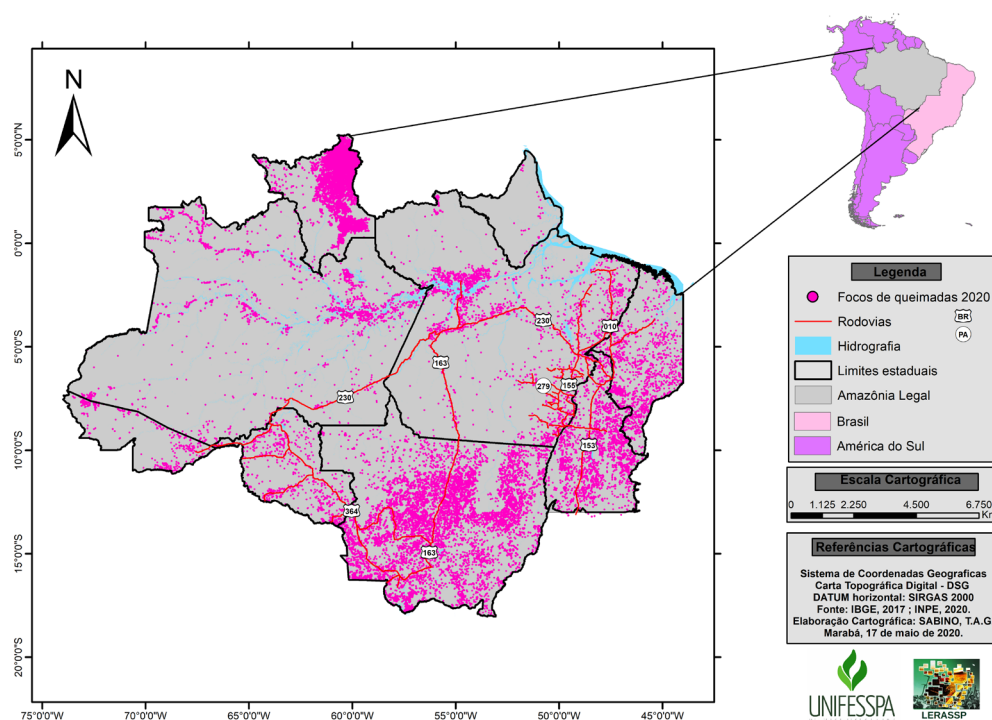
portanto, potencializar esse capitalismo de fronteira, no qual a produção da acumulação se dá pelo cercamento de territórios de vida. Dessa maneira, o capitalismo definitivamente não parou na Amazônia, pois se retroalimenta da destruição que se estabelece com base em um acordo tácito entre bancos, latifundiários, empresários, grandes corporações, capangas, pistoleiros e, logicamente, o Estado, como financiador, (des)regulador, apoiador logístico ou mesmo como operador da violência legítima.

Assim sendo, há um ajustamento de populações aos movimentos econômicos que se radicaliza com a pandemia, garantindo que a morte e o sacrifício regulado de alguns signifiquem a vida regulada de outros (FOUCAULT, 2008), numa racionalidade econômica que expõe uma tragédia: "se ontem, o drama do sujeito era ser explorado pelo capital, a tragédia da multidão hoje (...) é ser relegada a uma 'humanidade supérflua', entregue ao abandono" (MBEMBE, 2018, p. 15-16).

Esta realidade amazônica talvez seja uma síntese paradigmática desse necrocapitalismo que, bem antes da pandemia chegar, já havia distribuído desigualmente suas zonas de extermínio e que, com a generalização da vulnerabilidade humana provocada pela aceleração da covid-19, parece ganhar um fôlego fúnebre.

¹Nesse sentido, são expressivos os focos ao longo das rodovias federais BR-163, BR-230, BR-364, BR-010 e BR-155/158. Já a rodovia estadual paraense, PA-279, indica uma tendência de destruição em direção à chamada Terra do Meio, no Estado do Pará, constantemente anunciada nos meios de comunicação e nas denúncias dos movimentos sociais, sobretudo das lideranças indígenas do Xingu. Em relação aos focos nos estuários, o do rio Amazonas é o que possui a maior concentração, com grandes índices na região do Baixo Amazonas, nas proximidades de Santarém, Estado do Pará, e na região do Médio Amazonas, que se estende aos arredores de Manaus, Itacoatiara e Parintins, no Estado do Amazonas. Ao longo de toda a extensão dos rios Negro e Solimões, também é possível verificar focos de queimadas nas calhas desses cursos hídricos. Toda essa dinâmica de expansão de focos de incêndio está associada, também, à expansão dos plantios de soja a partir do Mato Grosso, já contando com área significativa nos seguintes grupos de mesorregiões: Norte e Sudoeste Mato-grossense e Leste Rondoniense; Nordeste Mato-grossense, Sul Maranhense, a área Ocidental e Oriental do Tocantins, além do Sudeste Paraense e do Baixo Amazonas. Além disso, sua expansão tem contribuído com a interiorização da pecuária bovina na região, seja pelo deslocamento de pastagens, seja pela integração com uma rede logística de comercialização de gado e insumos, levando ao crescimento significativo do rebanho tanto nessas mesmas mesorregiões, como em novas frentes de expansão, especialmente nas mesorregiões Madeira-Mamoré, Vale do Acre e Sul do Amazonas, Sudeste e Sudoeste Paraense.

Figura 06: Queimadas na Amazônia no período de 1º de janeiro a 15 de maio de 2020



Carajás ou um retrato do abismo

Uma boa síntese do potencial destrutivo dos processos de acumulação por espoliação em associação com a pandemia do coronavírus pode ser encontrada nos processos de exploração mineral na província de Carajás, sobretudo naqueles praticados pela empresa Vale S.A..

A importância e o significado paradigmáticos da produção de *commodities* minerais para a dinâmica das exportações brasileiras, particularmente do ferro, em Carajás, residem no fato desta *commodity* ter representado 18% do conjunto das exportações de produtos básicos no Brasil, entre janeiro de 2016 e abril de 2020 (Figura 4). Acrescenta-se a isto o fato de a produção do Pará, que, em 1997, representava cerca de 25,8% das exportações totais de ferro no Brasil, ter passado a representar 51,6% em 2019 e, logo no primeiro quadrimestre do ano de 2020, 54,9% (Figura 07).

Se considerarmos os dados de exportação somente do Estado do Pará, esta dinâmica extrativa nos mostra que o mês de abril de 2020 foi superior ao mês anterior, bem como a todos os outros meses de abril desde 2016 (Figura 08).

Não é novidade que um cenário de crise ative formas

mais violentas de acumulação, sobretudo quando falamos de mineração na Amazônia, onde isso parece ser a regra; basta analisarmos o comportamento da empresa Vale S.A. diante da variação dos preços do minério de ferro. Quando os preços caem, a produção se eleva e, junto com ela, todas as violações que os processos extrativos provocam. Se desenharmos uma série histórica da produção do ferro dessa empresa em Carajás, perceberemos que, se essa produção em 2013, ano de início da queda dos preços das *commodities* no mercado internacional, era de 104.885 milhões de toneladas, em 2018 ela salta para 193.641 milhões de toneladas, com um pequeno decréscimo em 2019, que registrou a produção de 188.721 milhões de toneladas de ferro; fato este que demonstra que o alargamento da exploração é usado como forma de compensar os ganhos pela redução dos preços² (VALE, 2019).

Se seguirmos o comportamento produtivo da

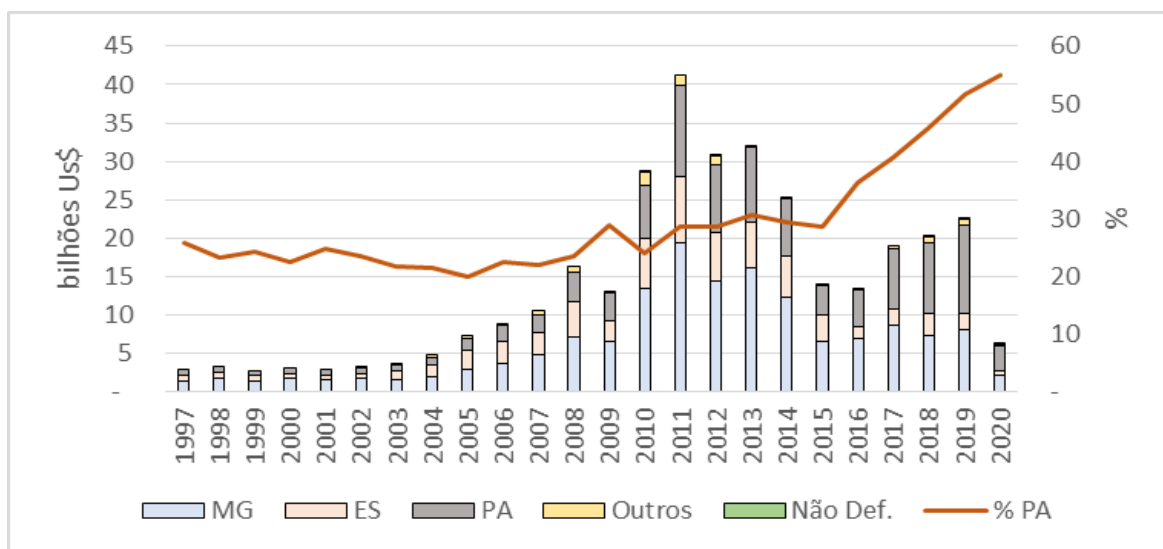
²Se analisarmos os Estudos de Impacto Ambiental e os respectivos Relatórios de Impacto Ambiental de todos os projetos de ferro em execução em Carajás pela empresa Vale S.A., chegamos a um cenário de produção, em 22 anos, de 6,486 bilhões de toneladas de ferro só das minas de Carajás, com projeções situadas tecnologicamente no final da primeira década do século XXI. Vale ressaltar que o primeiro bilhão de toneladas de ferro extraído de Carajás se realizou em 2007, 23 anos após o início dos processos de extração, em 1985, o que já antecipou a previsão do projeto inicial que era extrair esse volume de ferro até 2025. O salto que se tem em conta, portanto, é de 1 bilhão em 23 anos, para 6,486 bilhões em 22 anos, produção esta que deixará em rejeitos 4,565 bilhões de toneladas de estéril, além de 3.644,73 hectares de áreas de cava, 2.136,41 hectares de pilhas de rejeitos, e 4.110,86 hectares de áreas desmatadas (AMPLIO, 2016, s.d.; SETE/VALE, 2012).

empresa Vale S.A. no ano de 2020, mais especificamente no primeiro trimestre do ano, quando o número de mortes por coronavírus já é expressivo no Brasil, percebemos uma pequena queda na produção do minério de ferro em relação ao mesmo trimestre de 2019. Entretanto, o volume de vendas, nesse mesmo período, é muito semelhante ao período do ano anterior, com queda de apenas 6,8%, o que nos indica um quadro geral de total normalidade das operações da referida mineradora. Se tomarmos os dados brutos, temos que a empresa

extraiu no primeiro trimestre de 2020 o número de 59.605 milhões de toneladas de ferro e vendeu 51.656 milhões de toneladas desse montante (VALE, 2020).

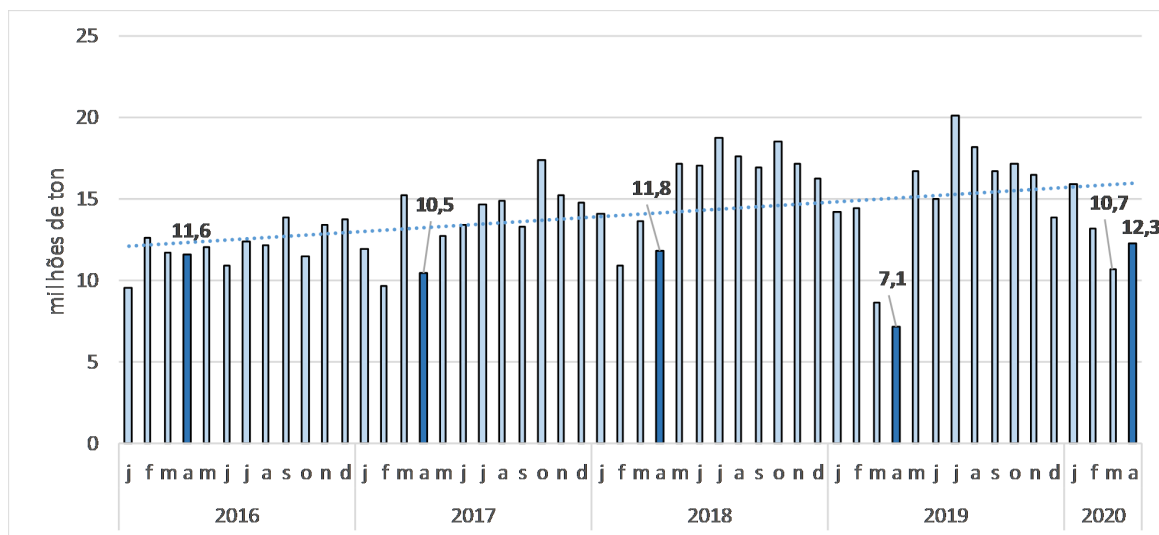
Essa pequena queda na produção, pelo menos no que se refere ao sistema norte, ou seja, às operações nas minas de Carajás, não possui relação com a pandemia, uma vez que a própria mineradora afirma em seu balanço trimestral que:

Figura 07: Valor das exportações de minérios de ferro, por UF de origem



Fonte: Brasil (2020a). Elaboração dos autores.

Figura 08: Exportações de minérios de ferro e seus concentrados com origem no Pará, 2016 a 2020 (até abril)



Fonte: Brasil (2020a). Elaboração dos autores.

A produção de finos de minério de ferro da Vale totalizou 59,6 Mt, ficando abaixo, portanto, das diretrizes de produção (guidance) de 63-68 Mt para o 1T20. As principais causas para este resultado são: (a) perdas de 4,5 Mt no Sistema Norte por (1) manutenção não programada no transportador de correia de longa distância em S11D, (2) condições climáticas mais severas e concentradas do que o habitual, especialmente, em março, e (3) restrições operacionais em Serra Norte, relacionadas à postergação no start-up da nova frente de lavra de Morro (VALE, 2020, p. 4).

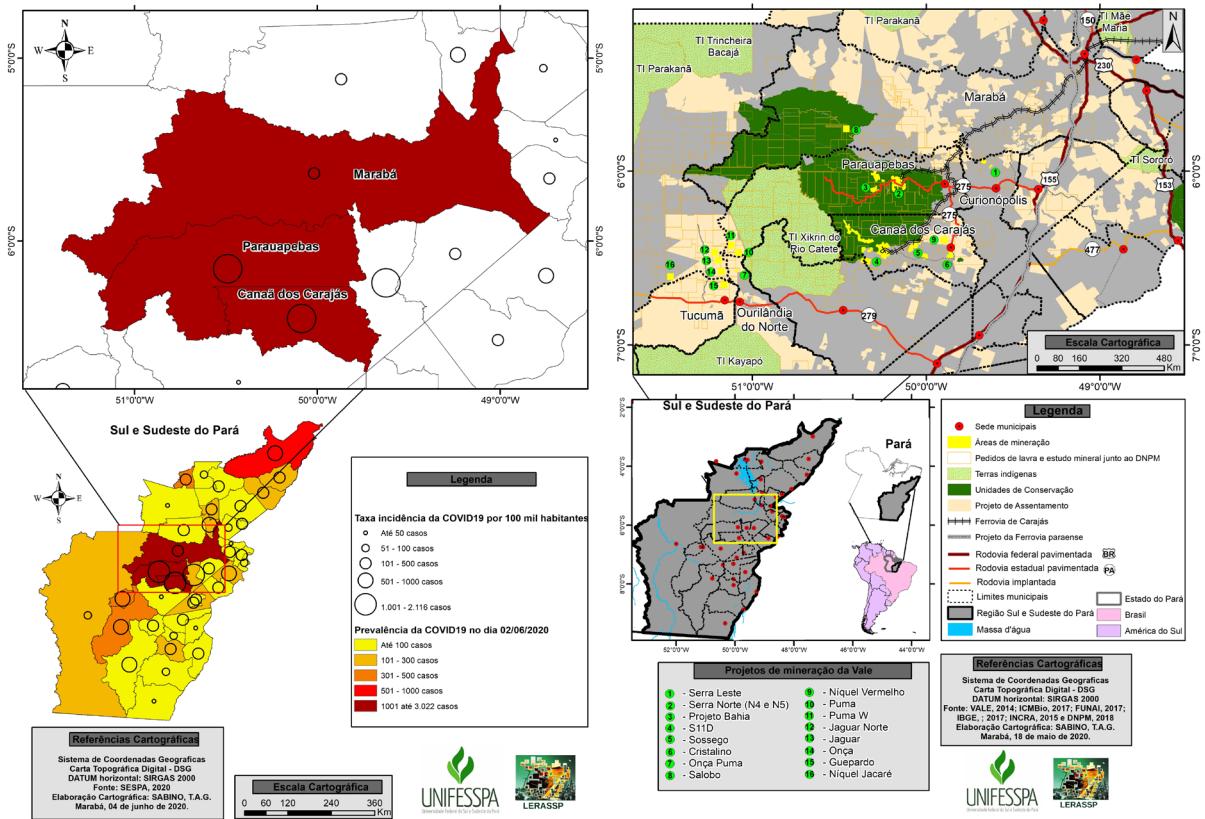
Ao não considerar o novo coronavírus entre os fatores que fariam a produção mineral diminuir, a empresa parece desconsiderar a dinâmica de aceleração da contaminação entre seus próprios funcionários. O espaço de trabalho da mineração, já bastante hostil e com grandes riscos de acidentes, torna-se, diante da normalidade da dinâmica produtiva em meio à pandemia, literalmente um espaço de risco de morte iminente.

A primeira morte identificada na região sul e sudeste do Pará foi em Parauapebas, no dia 10 de abril, quando todo o Estado do Pará registrava 9 mortes, e o primeiro óbito foi justamente de um funcionário da empresa Vale S.A. Em áudio obtido pelo Observatório da Mineração, o diretor do hospital Santa Terezinha, Luiz Leite Oliveira Filho, em Parauapebas, onde o primeiro paciente veio a falecer no município, já afirmava “Bati de frente ontem com a Vale (...), uma discussão acirrada, inclusive com o infectologista deles, mostrando a realidade. Só vão abrir os olhos quando isso aqui virar uma calamidade pública essa cidade” (OBSERVATÓRIO DA MINERAÇÃO, 2020, não paginado).

Mesmo com pressão de movimentos sociais e até mesmo de funcionários da empresa, a situação não alterou o estado de coisas e os múltiplos projetos de extração mineral continuaram. Se considerarmos a distribuição espacial desses projetos no sudeste do Pará, temos a exata noção do que o funcionamento normal deles pode ocasionar em tempos de pandemia (Figura 09).

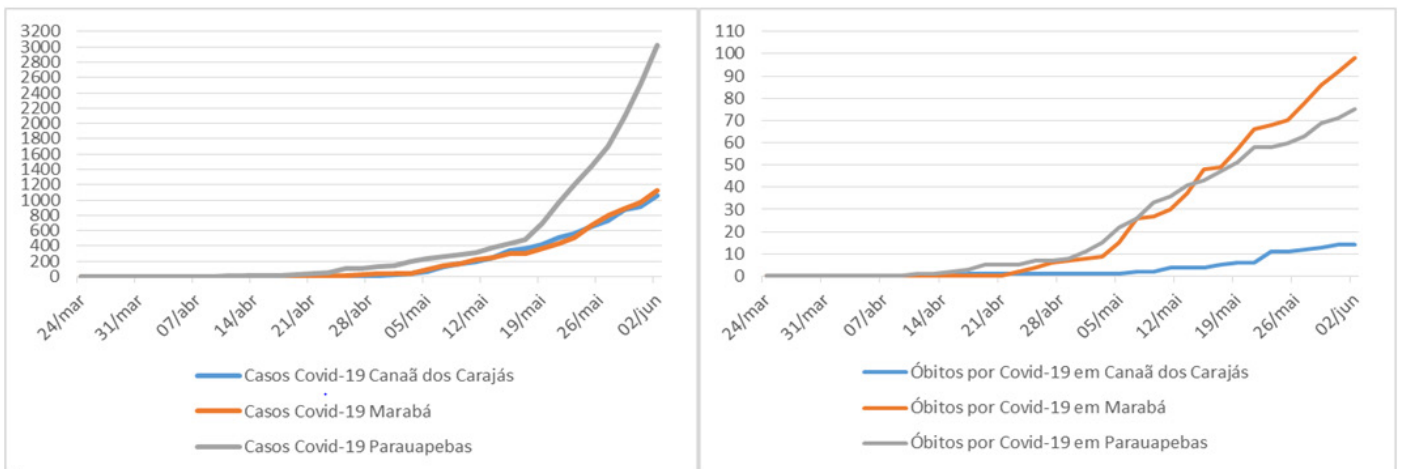
Nesses termos, enquanto a produção e as vendas seguem seu curso normal, os três municípios onde se encontram os principais projetos da mineradora Vale S.A. em Carajás, a saber, Marabá, Parauapebas e Canaã dos Carajás, experimentam uma aceleração vertiginosa nos casos de coronavírus. Se tomarmos os dados entre 24 de março e 2 de junho dos três municípios somados, temos um crescimento de 1 caso confirmado para 5.201 casos e de 0 óbitos para 187 óbitos em 2 de junho. A figura 10 detalha essa curva ascendente nos municípios supramencionados.

Figura 09: Localização dos projetos de mineração no sul e sudeste do Pará e índice de incidência da covid-19



Fonte: Brasil (2020a). Elaboração dos autores.

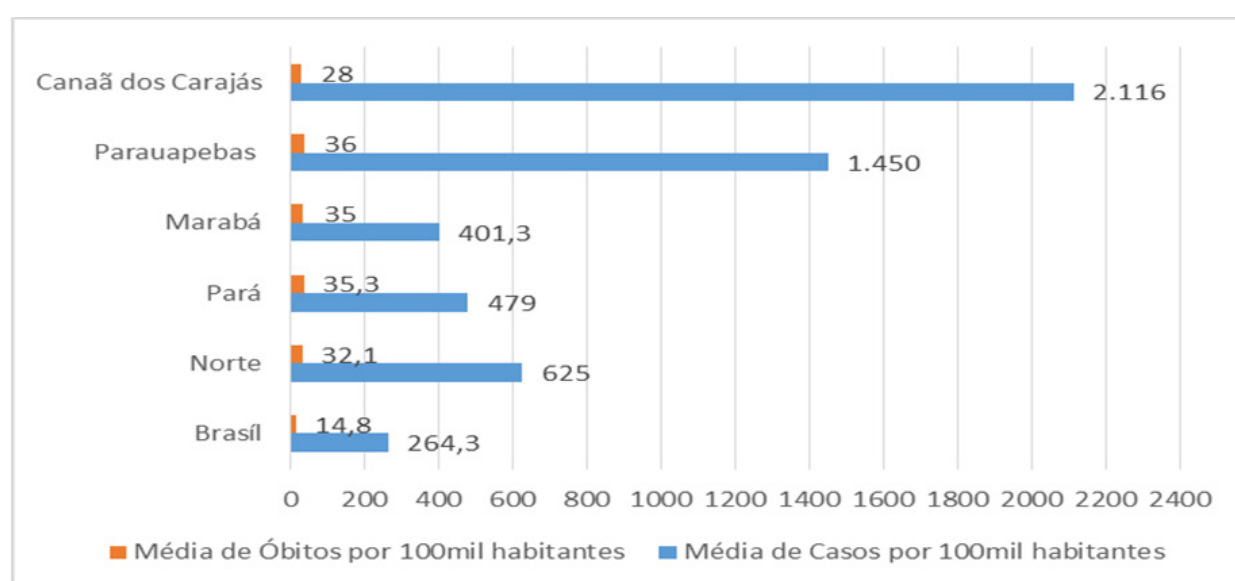
Figura 10: Curva ascendente de casos e óbitos por covid-19 em Canaã dos Carajás, Marabá e Parauapebas



Fonte: dados coletados junto às Secretarias Municipais de Saúde. Elaboração dos autores.

A curva ascendente de casos e óbitos por coronavírus nos três municípios mencionados é expressiva e a situação fica mais clara se compararmos esses dados com as médias estaduais, da região Norte e do Brasil, como faz a Figura 11.

Figura 11: Média de casos e óbitos por covid-19 por 100 mil habitantes em 2 de junho de 2020



Fonte: IBGE (2010)⁶, Brasil (2020a), Pará (2020a) e dados coletados junto às Secretarias Municipais de Saúde.

Elaboração dos autores.

Quando comparamos os dados dos índices de casos e óbitos de covid-19 por cem mil habitantes entre os municípios de Marabá, Parauapebas e Canaã dos Carajás com as médias do Brasil, da região Norte e do Estado do Pará, percebemos que, em termos de índice de casos, Canaã dos Carajás e Parauapebas estão bastante à frente de todas as médias, com destaque negativo ao primeiro município que possui um índice altíssimo de 2.116 casos para cada 100 mil habitantes, até maior do que o registrado na capital do Estado do Pará, Belém, que contabilizou na mesma data 835 casos por 100 mil habitantes.

Marabá é o único dos três municípios que registrou um número de casos menor que as médias do Pará e da região Norte, mesmo assim bem maiores que as

médias nacionais. Entretanto, o número de óbitos no município expressa uma possível subnotificação, uma vez que 35 mortes por cada 100 mil habitantes é uma média superior às registradas no Brasil, na região Norte e semelhante à média do Pará. Em relação aos óbitos, além de Marabá, os dados de Parauapebas demonstram um número maior que todas as médias identificadas, sendo que Canaã dos Carajás, mesmo registrando uma média menor que o Pará e a região Norte, tem um índice que é quase o dobro da média nacional.

A gravidade da situação se torna ainda maior quando, segundo denúncias do Jornal Estado de Minas, em 08 de maio de 2020, percebemos que a empresa Vale S.A. estaria transferindo do aeroporto de Carajás ao aeroporto da Pampulha, em Belo Horizonte, funcionários por meio de um avião com cerca de 80 lugares; aeronave esta que, ainda de acordo com a reportagem, teria feito quatro viagens de Carajás a Belo Horizonte, entre o dia 1º e o dia 07 de maio. Sobre a ocasião, a empresa afirmou estar apenas transferindo empregados para realizarem teletrabalho junto de suas famílias, ainda que não tenha

⁶Os dados populacionais dos municípios foram da projeção do IBGE para 2019. Os dados de Canaã dos Carajás, devido ao intenso fluxo migratório para o município nos últimos anos em razão dos projetos de mineração, não foram tomados do IBGE, que prevê uma população de 37.085 habitantes no município, em 2019. O próprio Tribunal Superior Eleitoral (TSE) registrou a existência de 39.884 eleitores em Canaã dos Carajás, no ano de 2018; fato que demonstra a clara defasagem das projeções e nos leva a tomar os dados da Prefeitura Municipal, cuja estimativa populacional gira em torno de 50.000 habitantes.

respondido ao certo se estaria transferindo funcionários doentes. O prefeito de Belo Horizonte chegou a afirmar que “BH não é cemitério da Vale”, acusando a mineradora de enviar funcionários contaminados com covid-19 de Carajás para a capital mineira (MARQUES, 2020).

A mesma empresa, responsável pelas duas maiores tragédias/crimes da história do Brasil (Mariana e Brumadinho), volta à cena pela exposição de sua engrenagem de morte e destruição. Ademais, a normalidade dos projetos da empresa Vale S.A., particularmente em Canaã dos Carajás, município que boa parte de sua dinâmica gira em torno da mineração – bem como a continuidade das plantas industriais da empresa em Parauapebas e Marabá, que, em graus diferentes, também possuem múltiplas relações que se estabelecem a partir da mineração –, parece ter uma relação direta com o crescimento da vulnerabilidade da população em relação à covid-19.

Nesse sentido, o capitalismo funciona com similaridade ao vírus, que, para sobreviver, precisa avançar sobre os territórios-corpos. Nesta analogia, o capitalismo, representado na região de Carajás pela Vale S.A., controla não somente os territórios de produção de Carajás e suas redes geográficas de circulação, como também os territórios-corpos dos seus funcionários, obrigados a continuar trabalhando e, assim, contaminando a si, aos seus parentes e demais populações na região. Não esqueçamos que estamos falando de uma região pintada de diversidade, pelos mais de 500 assentamentos de reforma agrária existentes, além das cinco terras indígenas que abrigam inúmeras aldeias.

A Vale S.A. se justifica e mostra, por meio de propagandas nos meios de comunicação, as ações de “enfrentamento” ao novo coronavírus, esquecendo de dizer que Canaã dos Carajás, recortado por suas plantas industriais, só dispõe de 1 leito de unidade de tratamento intensivo (UTI), segundo os dados do DATASUS (BRASIL, 2020c).

Não há nenhum dado que comprove que a dinâmica de mineração seja um serviço essencial. Pelo contrário, a normalidade é um acinte e uma afronta à vida. Entretanto, o governo federal publicou no Diário Oficial da União, em 28 de abril de 2020, o Decreto N° 10.329 que, dentre os 21 serviços essenciais que prevê, incluía a atividades de lavra, beneficiamento, produção, comercialização, escoamento e suprimento de bens minerais (BRASIL, 2020d).

Assim como o governo federal, o governo do Estado do Pará também não construiu nenhuma movimentação no sentido de paralisação das atividades minerais em Carajás e em nenhuma outra região mineradora do

Estado. Mesmo com os dados alarmantes de Canaã dos Carajás e os dados preocupantes de Parauapebas e Marabá, nenhum dos três municípios, por exemplo, entrou no primeiro decreto sancionado pelo governador Helder Barbalho, que estabeleceu o *lockdown*⁴ em 10 municípios do Estado; iniciativa que foi acontecer apenas na extensão do mesmo Decreto, publicada em 16 de maio⁵, mas que também, em seu anexo único, prevê que, além de vários outros serviços considerados essenciais, a mineração continue a funcionar.

Carajás parece ser uma síntese do Brasil. Aqui o capitalismo não parou e continua a matar como regra geral para produzir processos de acumulação.

Algumas palavras finais, porque os gritos da floresta ainda ecoam...

Este texto, escrito a várias mãos, quase como uma necessidade de ampliar o eco de múltiplas vozes em movimento, num momento de confinamento social, pretendeu construir um giro geopistemológico da leitura do desenvolvimento capitalista brasileiro, geralmente centrada nos processos de industrialização, para focar a espoliação amazônica e seu potencial explicativo em relação a um capitalismo que se brutaliza em plena pandemia, sendo o caso de Carajás não só emblemático, mas uma síntese preocupante da continuidade da normalidade violenta do nosso capitalismo.

Entretanto, as vozes da floresta continuam ecoando, como o faz o Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM) levantando a voz para a parada completa dos processos de extração mineral durante a pandemia, ou mesmo os diversos grupos indígenas que têm traduzido o que essa brutalização do capitalismo amazônico significa: intrusão em seus territórios e a proliferação do coronavírus entre as múltiplas etnias⁶.

⁴Por meio do Decreto Estadual N° 729/2020, o governador decretou a suspensão das atividades não essenciais e a restrição da circulação em dez municípios paraenses, a saber: Belém, Ananindeua, Marituba, Benevides, Santa Bárbara do Pará, Santa Izabel do Pará, Castanhal, Santo Antônio do Tauá, Vigia e Breves (PARÁ, 2020b).

⁵A extensão do Decreto Estadual N° 729/2020 foi publicada no Diário Oficial do Estado, no dia 16 de maio. Entretanto, um dos municípios incluídos, Marabá, por meio de sua prefeitura, contestou o Decreto argumentando que, mesmo com as 52 mortes de municípios seus registradas no dia da contestação (18 de maio), o município ainda não teria chegado ao colapso em seu sistema de saúde, o que fez com que a Procuradoria Geral do Estado atendesse a manifestação e recomendasse a retirada de Marabá do Decreto supramencionado.

⁶Até o dia 02 de junho e segundo dados bastante subnotificados da Secretaria Nacional de Saúde Indígena, 1.620 indígenas foram contaminados por covid-19 e 60 mortes já foram confirmadas (BRASIL, 2020e). Para entendermos o tamanho da subnotificação, só no sul e sudeste do Pará, segundo dados de 2 de junho da Rede de Apoio Mútuo aos Povos Indígenas do Sudeste do Pará, há 30 casos e um óbito por Covid-19 na TI Mãe Maria (Bom Jesus do Tocantins), 246 casos e 5 óbitos na TI Cateté (Parauapebas), 30 casos e 4 óbitos na TI Trocará (Tucuruí), 62 casos e 3 óbitos na TI Kayapó (Ourilândia Norte e Cumarú do Norte), além de 2 casos na TI Sororó (São Geraldo do Araguaia).

Antes de tudo isso começar, tínhamos uma viagem marcada a uma aldeia no sudeste do Pará, que foi cancelada alguns dias antes devido à morte de um indígena, o que fez o povo inteiro entrar em luto. Depois, voltamos à aldeia e entendemos que a entrada de estranhos, naquele momento, configuraria um desrespeito à reclusão do povo, pois o luto é uma obrigação de todos, uma quebra absoluta na normalidade cotidiana para celebrar e respeitar a memória de quem se foi; exige, portanto, paciência e reflexão, como uma luta instituída contra o esquecimento.

Já passamos das 370 mil mortes por coronavírus no mundo e a aceleração das perdas começa a naturalizar a sensação de normalidade do caos que estamos vivendo. O excesso de informação nos coloca em uma redoma obsessiva pela novidade dos dados, que nos anestesia diante das perdas de um dia atrás, assim como o excesso de opiniões, unido a uma pressa explicativa, faz muita gente aderir a notícias falsas.

A pressa produz excessos, esquecimento e angústia e cada vez mais nos distanciamos da capacidade de luto como forma de dar sentido às vidas que se perdem, como forma de construir memórias para que absurdos como os que agora vemos acontecer, em falas de presidentes, em passeatas mórbidas e na continuidade de um necrocapitalismo de fronteira, não se repitam. Isto é, como uma forma de interrompermos as urgências e o fluxo contínuo de apagamento histórico, para aprender com os que se foram, como, enfim, uma atividade política de sair da areia movediça do esquecimento que tem nos conduzido à catástrofe.

A paciência ativa do luto, tão caro aos povos indígenas, ensina-nos a não nos perder na bifurcação de soluções políticas apresentadas nestes tempos, que reduzem política a administração e caminham, de um lado, para o aprofundamento biopolítico de um paradigma da segurança em novas formas digitais de controle dos corpos, e, de outro, para o aprofundamento necropolítico do paradigma do abandono, que toma a morte em massa como estratégia para a manutenção do sistema.

Pela memória daqueles que já enfrentaram tantas e tantas epidemias e conseguiram sobreviver a partir de um aprendizado paciente diante de tudo o que perderam, apesar de ainda continuarem extremamente ameaçados, é que gritos da floresta ainda ecoam mesmo diante de tanta violência e devastação brutalizadas em plena pandemia.

Os povos indígenas já experimentaram algumas vezes o fim do mundo, quando seus mundos são destruídos

por intrusões, por extermínios ou mesmo por doenças. Dessa maneira, sua capacidade de reinvenção e suas leituras sobre o sentido do fim nos são fundamentais, pois ultrapassam a pressa pouco imaginativa de nossas saídas políticas e se configuram enquanto testemunhos não esquecidos de mundos violentamente atacados que continuaram a existir.

A invasão das florestas nos trouxe novos agentes patógenos e um novo vírus nos fez perceber que vivemos em um sistema vivo que responde. A visão que construímos de floresta, palavra provinda de vocábulo *foris*, que se refere aos bosques cultivados fora dos muros dos castelos, portanto, como o lado de fora do somos e queremos ser, levou-nos a essa bifurcação civilizatória em que o ataque aos territórios fundamentais à produção de oxigênio do planeta nos trouxe um vírus que ataca nossa capacidade de respirar.

Diante deste contexto, é preciso parar e rever nossas escolhas pelas *commodities* em detrimento dos alimentos, é preciso desmistificar o papel da tecnologia na construção de uma economia sem limites, suspender a normalidade que nos trouxe até aqui, inverter nossas referências, desfazer as dicotomias que organizam nosso pensamento, enfim, tirar a floresta do lado de fora e colocá-la do lado de dentro, para posicionar-mos no centro de qualquer perspectiva de futuro para todos nós, a perspectiva de futuro dos povos que a habitam e, assim, ouvir o ensinamento de Ailton Krenak, quando nos diz que a "Terra está falando para a humanidade: 'silêncio'" (KRENAK, 2020, p. 7).

Referências

- ABREU, A. *Sem quarentena para o tráfico*. Folha de São Paulo, Piauí, 8 maio 2020. Questões de criminalidade. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/sem-quarentena-para-o-trafico/>. Acesso em: 15 maio 2020.
- AMPLO. *Estudo de Impacto Ambiental: Projeto Serra Leste 10Mtpa*. Belo Horizonte: AMPLO/VALE, 2016.
- AMPLO. *Estudo de Impacto Ambiental: Projeto Ferro Serra Norte – Mina N4 e N5 Estudo Global das Ampliações*. Belo Horizonte: AMPLO/VALE, s.d.
- ANAC. Dados dos transportes aéreos: abril 2020. ANAC, Brasília, DF, 2020. Disponível em: <https://www.anac.gov.br/noticias/2020/demanda-por-voos-domesticos-recua-93-1-em-abril>. Acesso em: 19 maio 2020.
- ANGELO, M. Funcionário da Vale morre por Covid-19 no Pará. *Observatório da Mineração*, Belo Horizonte, 11 abr. 2020. Amazônia. Disponível em: <https://observatoriodamineracao.com.br/funcionario-da-vale-morre-por-covid-19-no-para/>. Acesso em: 15 maio 2020.
- BRASIL. Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. Balança comercial brasileira. *MDIC*, Brasília, DF, 2020a. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/index.php/comercio-exterior>. Acesso em: 18 maio 2020.
- BRASIL. Painel geral: painel coronavírus. *Coronavírus Brasil*, Brasília, DF, 2020b. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em: 19 maio 2020.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Datasus. *Ministério da Saúde*, Brasília, DF, 2020c. Disponível em: <https://datasus.saude.gov.br/>. Acesso em: 19 maio 2020.
- BRASIL. *Decreto Lei Nº 10.329, de 28 de abril de 2020*. Altera o Decreto nº 10.282, de 20 de março de 2020, que regulamenta a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para definir os serviços públicos e as atividades essenciais. Brasília, DF: Presidência da República, [2020d]. Disponível em: planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/D10329.htm. Acesso em: 19 maio 2020.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria Especial de Saúde Indígena. Boletim epidemiológico da SESAI. *Ministério da Saúde*, Brasília, DF, 2020e. Disponível em: <https://saudeindigena.saude.gov.br/>. Acesso em: 19 maio 2020.
- 'BRASIL ESTÁ voltando ao Mapa da Fome', diz chefe de agência da ONU. *A Crítica*, Campo Grande, 12 maio 2020. Internacional. Disponível em: <https://www.acritica.net/entrevistas/brasil-esta-voltando-ao-mapa-da-fome-diz-diretor-da-onu/451771/>. Acesso em: 20 maio 2020.
- COSTA, S. Boletim de desmatamento da Amazônia Legal: março de 2020 e abril de 2020. *IMAZON*, Belém, 15 abr. 2020. Disponível em: <https://amazon.org.br/publicacoes/boletim-do-desmatamento-da-amazonia-legal-marco-2020-sad/>. Acesso em: 18 maio 2020.
- CPT. *Conflitos no campo: Brasil 2019*. Goiânia: CPT Nacional, 2020. 247 p.
- DARDOD, P.; LAVAL, C. *Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI*. São Paulo: Boitempo, 2017.
- DIEESE. Pesquisa nacional da cesta básica de alimentos: tomada especial de preços de abril de 2020. Pesquisas mensais. *DIEESE*, São Paulo, 11 maio 2020. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/analiseCestaBasica202004.html>. Acesso em: 19 maio 2020.
- EXPORTAÇÃO de soja do Brasil em março ganha ritmo, mas coronavírus preocupa logística. *Reuters*, São Paulo, 24 mar. 2020. Soja. Disponível em: [http:// https://revistagloborural.globo.com/Noticias/Agricultura/Soja/noticia/2020/03/exportacao-de-soja-do-brasil-em-marco-ganha-ritmo-mas-coronavirus-preocupa-logistica.html](http://https://revistagloborural.globo.com/Noticias/Agricultura/Soja/noticia/2020/03/exportacao-de-soja-do-brasil-em-marco-ganha-ritmo-mas-coronavirus-preocupa-logistica.html). Acesso em: 16 maio 2020.
- FAO. *World Livestock 2013: changing disease landscapes*. Roma: FAO, 2013.
- FOUCAULT, M. *Segurança, território, população*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- HARVEY, D. *O novo imperialismo*. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

IBGE. *Censo 2010*. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

IBGE. *Sidra*: banco de tabelas estatísticas 1999-2018. Rio de Janeiro: IBGE, 2018.

KRENAK, A. *O amanhã não está à venda*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

MACHADO ARÁOZ, H. Orden neocolonial, extractivismo y ecología política de las emociones. *Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, João Pessoa, v. 12, n. 34, p. 11-43, abr. 2013.

MARQUES, J. V. Vale transfere para BH funcionários de cidade paraense muito afetada pela COVID-19. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 08 maio 2020. Coronavírus. Disponível em https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2020/05/08/interna_gerais,1145735/vale-transfere-para-bh-funcionarios-de-cidade-muito-afetada-pela-covid.shtml. Acesso em: 19 maio 2020.

MATTEI, U. NADER, L. *Pilhagem*: quando o Estado de direito é ilegal. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

MBEMBE, A. *Crítica à razão negra*. São Paulo: N1 Edições, 2018.

PARÁ. Secretaria de Saúde do Estado do Pará. Coronavírus no Pará. *SESPA*, Belém, 2020a. Disponível em: <https://www.covid-19.pa.gov.br/#/>. Acesso em: 19 maio 2020.

PARÁ. *Decreto Nº 729, de 5 de maio de 2020*. Dispõe sobre a suspensão total de atividades não essenciais (lockdown), no âmbito dos Municípios de Belém, Ananindeua, Marituba, Benevides, Castanhal, Santa Isabel do Pará, Santa Bárbara do Pará, Breves, Vígia e Santo Antônio do Tauá [...]. Belém: Governo do Estado, [2020b]. Disponível em: <https://www.sistemas.pa.gov.br/sisleis/legislacao/5578>. Acesso em: 20 maio 2020.

SETE/VALE. *Plano Básico Ambiental*. Canaã dos Carajás: SETE/VALE, 2012.

SVAMPA, M. "Consenso de los Commodities" y lenguajes de valoración en América Latina. *Revista Nueva Sociedad*, Caracas, n. 244, marzo-abr. 2013. Disponível em: <https://nuso.org/articulo/consenso-de-los-commodities-y-lenguajes-de-valoracion-en-america-latina/>. Acesso em: 19 maio 2020.

VALE. Produção e vendas da Vale no 4T2019. *Vale*, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: http://www.vale.com/PT/investors/information-market/quarterly-results/ResultadosTrimestrais/PREPORT4T19_p.pdf. Acesso em: 19 maio 2020.

VALE. Produção e vendas da Vale no 1T2020. *Vale*, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: http://www.vale.com/PT/investors/information-market/quarterly-results/ResultadosTrimestrais/PREPORT1T20_p%20vf.pdf. Acesso em: 19 maio 2020.

Data de recebimento: Maio/2020

Data de publicação: Junho/2020